

'A política está distante dos quartéis, como tem de ser?'

ENTREVISTA

Tomás Paiva / COMANDANTE DO EXÉRCITO

General afirma que houve um 'erro coletivo' da Força ao permitir publicação de post polêmico de general Villas Bôas às vésperas de o STF julgar um habeas corpus de Lula em 2018

SÉRGIO RIBU, GERALDA DOCA E THIAGO BRONZATTO sergio.ribu@oglobo.com.br

O general Tomás Paiva, que assumiu o comando do Exército logo após os ataques golpistas de 8 de janeiro de 2023, avalia que tem cumprido a sua principal missão. "A política está distante dos quartéis, como tem de ser", afirmou o militar ao GLOBO. Cada vez mais próximo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, Paiva afirma que o Exército errou quando, em abril de 2018, o então chefe da caserna general Villas Bôas fez um post nas redes sociais repudiando a impunidade às vésperas do julgamento pelo Supremo Tribunal Federal (STF) de um pedido de habeas corpus do petista.

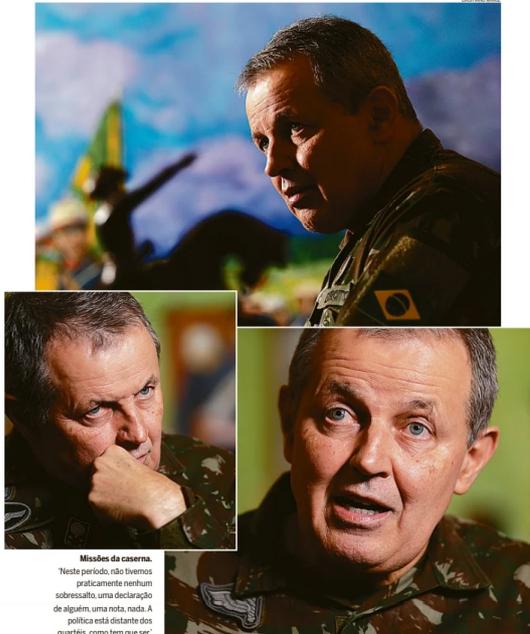
As investigações da Polícia Federal revelaram indícios de que militares de alta patente tiveram envolvimento político numa trama golpista. Por que esse grupo se aventurou num plano antidemocrático?

As investigações estão caminhando. São poucos militares da ativa. A maioria está na reserva. Essas investigações vão terminar. A Justiça vai se pronunciar sobre quem é inocente ou culpado. Depois disso, vamos sair.

Os militares que eventualmente forem condenados também serão punidos pelo Exército?

Depende da culpabilidade. Por exemplo: se uma pessoa for condenada a uma pena superior a dois anos, o Ministério Público Militar vai perguntar ao Superior Tribunal Militar se ela tem possibilidade de continuar com as suas funções de militar de carreira do Exército. Se for menos, a pessoa cumpre a pena e depois vai ser restabelecida a sua condição na carreira.

O ex-presidente Jair Bolsonaro foi o primeiro militar na Presidência desde o fim da ditadura e nem os integrantes da caserna em postos-chave. De que forma a credibilidade do Exército foi capturada e arranhada pelo ex-presidente?



Missões da caserna. "Neste período, não tivemos praticamente nenhum sobressalto, uma declaração de alguém, uma nota, nada. A política está distante dos quartéis, como tem de ser."

'ESTAMOS ATUANDO PARA NOS AFASTAR DA POLÍTICA. SOMOS INSTITUIÇÃO DE ESTADO'

Isso é uma pergunta que tem que fazer para quem estava no comando na época, que respondia pelo Exército.

Mas o senhor costuma dizer que é o comandante do Exército do passado, do presente e do futuro...

Sim. Defendo o Exército de antes, do presente e do futuro. Obviamente que, nesse contexto, não considero adequado um militar da ativa ter sido nomeado. O ideal é que passe para a reserva. Pode ter preferência, mas não pode ter partido enquanto estiver vestindo a farda. Pode assessorar, mas, depois que está decidido, cumpre a decisão. Fui ajudante de ordens de dois presidentes (Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso). O militar não pode se envolver (com política).

Mensagens de celular obtidas pela Polícia Federal mostram o general da reserva Braga Netto orientando ataques nas redes sociais contra o senhor. Como viu esse episódio?

Eu não vou responder. Eu sempre tive uma relação muito boa com ele (Braga Netto). Não vale a pena ficar pisando em ressentimentos. Como pessoa, você fica chateado. Mas não vou potencializar uma coisa que ele falou, inclusive para um interlocutor que não é uma pessoa confiável. Isso é um problema da política dentro da instituição militar: um ex-integrante do Alto Comando falando com um ex-major que foi excluído do Exército por indignidade.

Em abril de 2018, o então comandante do Exército

Villas Bôas publicou um post falando de impunidade às vésperas do julgamento do pedido de habeas corpus de Lula. O senhor, então chefe de gabinete de Villas Bôas, elogiou a nota e concordou com a publicação. Hoje, à frente do Exército no governo Lula, teria feito algo diferente?

Teria. Eu tinha que ter sido mais veemente no assessoramento. Nós erramos. Não vou julgar também o comandante anterior, a quem eu tenho toda a lealdade. É um erro coletivo. Não deveria ter sido publicado. Eu era chefe de gabinete e sou corresponsável por isso, apesar de ser um outro momento político. Agora, não houve pressão no Supremo Tribunal Federal. O Supremo não se pressiona.

O senhor tem se reunido com o ministro Alexandre Moraes, do STF. O que diz a ele?

Eu me reuni não só com Moraes, mas também com vários ministros como o (Luiz Roberto) Barroso e o (Luiz) Fux. Vou receber o ministro Kassio (Nunes Marques). Cabe ao comandante falar institucionalmente pelo Exército. Até pouco tempo atrás, eu tinha militares das Forças cumprindo prisão. Para evitar dívidas, conversei institucionalmente com ele (Moraes). Houve profundo respeito institucional pelos processos em andamento. Todas decisões foram cumpridas. A PF também cumpriu o seu papel. Toda vez que havia diligência em área militar, na véspera, sem que fosse quebrado sigilo da investigação, fui informado.

Durante o governo da ex-presidente Dilma Rousseff, o senhor foi um dos críticos da instalação da Comissão Nacional da Verdade. Qual é a sua posição hoje sobre a recriação pelo governo Lula da Comissão Especial sobre Mortes e Desaparecidos Políticos?

São coisas bem diferentes. Eu não fui crítico à instalação da Comissão Nacional da Verdade. Eu sou crítico à maneira como foi conduzida, porque perdemos uma possibilidade de reconciliação. Durante o curso do trabalho da Comissão Nacional da Verdade, havia um viés que buscava uma justiça de transição que não existe. Não vou fazer juízo de valor pela História, porque não sou historiador. A Comissão Nacional de Mortes e Desaparecidos é outra iniciativa: busca que pessoas que perderam entes queridos tenham o direito de saber o que aconteceu. Isso é humanitário. Ninguém pode se opor a esse direito, mesmo que resvale no Exército atualmente.

O presidente Lula determinou que não ocorresse manifestações do governo para comemorar os 60 anos do Golpe de 1964. Isso foi um gesto de pacificação?

A nossa decisão de não fazer qualquer tipo de pronunciamento foi tomada já no ano passado. Já se passou muito tempo (do golpe). Eu acho que ele (Lula) fez um gesto ao país.

OPSO, partido da ministra dos Povos Indígenas, Sônia Guajajara, citou negligência da Defesa no combate ao garimpo ilegal na terra Yanomami. O que achou?

Eu não respondo à crítica, porque buscamos solução. Estávamos trabalhando muito. Às vezes, as pessoas, no afã de resolver o problema, não têm todas as informações do que está acontecendo.

A atuação do Exército na tragédia provocada pelos chuvas no RS tem melhorado a imagem da instituição?

Seria triste falar que precisamos de uma tragédia para melhorar a nossa reputação. Neste caso, o Estado brasileiro está dando uma resposta. É uma operação logística e humanitária como nunca aconteceu antes no Brasil. O prestígio das Forças, cumprindo a missão constitucional, ocorre naturalmente e é proporcional ao tamanho do engajamento na missão. Quanto mais vista, o prestígio aumenta.

Há recursos suficientes para o Exército atuar em diferentes missões?

Os recursos são escassos. Os problemas são crônicos. O Orçamento está cada vez mais difícil pelas contingências. Não cabe ao comandante do Exército discutir a política orçamentária do país. Cabe explicar quais são os efeitos que isso traz, os projetos que atrasam. Eu não posso ficar sem helicóptero na Amazônia, onde ele é o único meio de transporte rápido. Eu conversava sobre isso com o presidente, que é altamente favorável ao investimento em Defesa.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal O Globo - Rio de Janeiro/RJ

Seção: Política Pagina: 4